

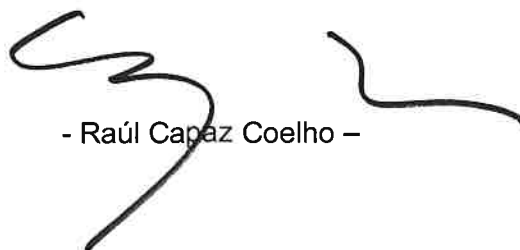


DESPACHO

Em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 43.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na redação dada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, conjugado com o estabelecido no Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 4 de fevereiro, determino a divulgação dos critérios de ponderação curricular e respetiva valoração aplicáveis aos trabalhadores da Secretaria-Geral da Educação e Ciência, aprovado em reunião do Conselho Coordenador de Avaliação, datada de 7 de dezembro de 2022, e constantes dos anexos III, IV e V, que integram a respetiva ata da reunião.

Lisboa, 7 de dezembro de 2022.

O Secretário-Geral da Educação e Ciência,



- Raúl Capaz Coelho -



ANEXO III

CRITÉRIOS A APLICAR NA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO POR PONDERAÇÃO CURRICULAR E RESPECTIVA VALORAÇÃO RELATIVAMENTE AOS ANOS DE 2021-2022

Carreira Técnica Superior e de Especialista de Informática

A Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro (SIADAP) prevê no artigo 42.º, na redação dada pelo artigo 49.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que, nos casos em que não seja possível realizar a avaliação do desempenho nos termos nela previstos, a mesma seja efetuada pelo Conselho Coordenador da Avaliação mediante proposta de avaliador especificamente designado pelo respetivo dirigente máximo.

Esta avaliação traduz-se em ponderação curricular, a qual respeita os termos previstos no artigo 43.º da mesma lei, com base em critérios fixados pelo Conselho Coordenador da Avaliação, prevendo-se, para esse efeito, no n.º 5 deste artigo, a possibilidade de o membro do Governo responsável pela área da Administração Pública estabelecer critérios uniformes para todos os serviços da Administração Pública.

Através do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 4 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 26, de 8 de fevereiro de 2010, foram estabelecidos os mencionados critérios uniformes, competindo ao Conselho Coordenador de Avaliação definir os critérios de qualificação e de valoração de cada um dos elementos de ponderação curricular.

O requerimento deve ser apresentado pelo trabalhador ao dirigente máximo do seu serviço de origem, acompanhado do respetivo currículo, bem como da documentação comprovativa do exercício de cargos, funções ou atividades, e de outra documentação que seja relevante para a correta avaliação em causa.



1. Assim, relativamente ao biénio de 2021-2022, na avaliação de desempenho dos trabalhadores por ponderação curricular nos termos do artigo 43.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, são considerados os seguintes fatores, a que correspondem os seguintes pesos (n.º 1 do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010):

- a) As habilitações académicas e profissionais (HAP) – 10%;
- b) A experiência profissional (EP) – 55%;
- c) A valoração curricular (VC) – 20%;
- d) O exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social ($0,5 \times \text{ECD} + 0,3 \times \text{RIP} + 0,2 \times \text{RIS}$) – 15%.

2. Quando deva ser atribuída a pontuação 1 ao conjunto dos fatores a que se refere a alínea d), as ponderações previstas no número anterior são alteradas nos seguintes termos (n.º 4 do artigo 9.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010):

- i) As habilitações académicas e profissionais (HAP) – mantêm-se nos 10%;
- ii) A experiência profissional (EP) – sobe para 60%;
- iii) A valoração curricular (VC) – mantêm-se nos 20%;
- iv) O exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social ($0,5 \times \text{ECD} + 0,3 \times \text{RIP} + 0,2 \times \text{RIS}$) – desce para 10%.

3. Cada um dos elementos da ponderação curricular é avaliado com uma pontuação de **1, 3 ou 5**, de acordo com os critérios definidos pelo CCA, não podendo, em qualquer caso ser atribuída pontuação inferior a 1 (n.º 2 do artigo 9.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010).

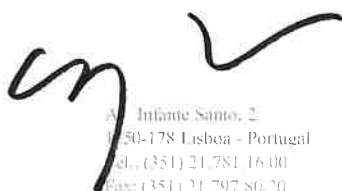
4. O fator referido na alínea d) ($0,5 \times \text{ECD} + 0,3 \times \text{RIP} + 0,2 \times \text{RIS}$), referente ao ano em avaliação, está dividido em três subfactores cujos pesos são os seguintes:

ECD – Exercício de cargos dirigentes (50%);

RIP – Exercício de cargos ou funções de relevante interesse público (30%);

RIS – Exercício de funções de relevante interesse social (20%).

5. A ponderação curricular final (PC) é calculada, consoante a alínea d) dos fatores acima referidos tenha ou não no seu conjunto uma pontuação superior a 1 ou não, através das seguintes fórmulas:


A Infante Santo, 2
1649-018 Lisboa - Portugal
Tel. (351) 21 781 16 00
Fax: (351) 21 797 80 20

www.sec-geral.mec.pt
e-mail: geral@sec-geral.mec.pt
e-mail: crepia@sec-geral.mec.pt



Palácio das Laranjeiras
Estrada das Laranjeiras, 205
1649-018 Lisboa - Portugal
Tel. (351) 21 723 10 00



- Se $0,5xECD+0,3xRIP+0,2xRIS > 1$, então:

$$PC = 0,1xHAP + 0,55xEP + 0,2xVC + 0,15x (0,5xECD+0,3xRIP+0,2xRIS)$$

- Se $0,5xECD+0,3xRIP+0,2xRIS = 1$, então:

$$PC = 0,1xHAP + 0,60xEP + 0,2xVC + 0,1x (0,5xECD+0,3xRIP+0,2xRIS)$$

6. Na valorização dos fatores que integram a fórmula observar-se-ão as seguintes regras:

i) Habilitações Académicas e Profissionais¹ (HAP)

Entende-se por **habilitação académica** a habilitação que corresponde a grau académico ou equiparado e por **habilitação profissional** a habilitação que corresponda a curso legalmente equiparado (n.ºs 1 e 2 do artigo 4.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010).

Para o apuramento é utilizada a seguinte grelha:

Habilitação inferior à legalmente exigida à data da integração na carreira	1 ponto
Habilitação legalmente exigida para o ingresso na carreira	3 pontos
Habilitação superior à exigida (mestrado, doutoramento, curso profissionalizante para dirigentes, curso que confira o grau de especialização)	5 pontos

ii) Experiência Profissional (EP)

A experiência profissional pondera e valora o desempenho efetivo de funções ou atividades, incluindo as desenvolvidas no exercício dos cargos a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010.

A experiência profissional é declarada pelo requerente, com descrição das funções exercidas e indicação da participação em atividades, ações ou projetos de relevante interesse para o serviço, devidamente confirmada pela entidade onde são ou foram exercidas as funções e atividades.

São consideradas atividades, ações e projetos de relevante interesse:

¹ Neste fator são consideradas as habilitações legalmente exigíveis à data da integração do trabalhador na respetiva carreira (n.º 3 do artigo 4.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010).



- Participação em grupos de trabalho, comissões e afins ao nível do serviço, das áreas governativas da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Educação e interministeriais;
- Participação em estudos e projetos;
- Membro efetivo de Júri de procedimento concursal para recrutamento de pessoal e de outros concursos com exercício efetivo;
- Participação como orador/formador em conferências, seminários, colóquios, ações de formação ou outros equiparados;
- Participação na organização de eventos, fóruns e exposições;
- Representação do serviço ou das áreas governativas da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Educação em organizações internacionais.

Para o apuramento é utilizada a seguinte grelha:

Com exercício de funções inerentes à categoria e sem participação em atividades, ações ou projetos de relevante interesse	1 ponto
Participação em 3 atividades, ações ou projetos de relevante interesse	3 pontos
Participação em mais de 3 atividades, ações ou projetos de relevante interesse	5 pontos

iii) Valorização Curricular (VC)

Neste fator é considerada a participação em ações de formação, estágios, congressos, seminários ou oficinas de trabalho realizadas **nos últimos 5 (cinco) anos**, nelas se incluindo as frequentadas no exercício de cargos ou funções dirigentes, avaliadas de acordo com a sua duração:

Para o apuramento é utilizada a seguinte grelha:

Com participação em ações de formação, estágios, congressos, seminários ou oficinas de trabalho com duração total inferior a 50	1 ponto
Com participação em ações de formação, estágios, congressos, seminários ou oficinas de trabalho com duração total entre 50 e 200 horas	3 pontos
Com participação em ações de formação, estágios, congressos, seminários ou oficinas de trabalho com duração superior a 200 horas	5 pontos

iv) Exercício de cargos ou funções de relevante interesse público ou relevante interesse



social (0,5xECD+0,3xRIP+0,2xRIS) referente ao biénio em avaliação, conforme descritivo nos artigos 7.º e 8.º do Despacho Normativo nº 4-A/2010:

- Cargos Dirigentes (ECD):

Neste subfactor é ponderado o exercício de cargos dirigentes, ainda que em regime de substituição, **por período igual ou superior a 60 dias**, entendendo-se como cargo dirigente os cargos de direção intermédia e superior, de gestor público e os chefes de equipa multidisciplinar.

Para o apuramento é utilizada a seguinte grelha:

Sem cargo dirigente	1 ponto
Dirigente de nível intermédio ou chefia de equipa multidisciplinar com estatuto remuneratório equiparado	3 pontos
Dirigente de nível superior	5 pontos

- Cargos ou funções de relevante interesse público (RIP)

São considerados cargos ou funções de relevante interesse público (artigo 7.º):

- Titular de órgão de soberania;
- Titular de outros cargos políticos;
- Cargos dirigentes²;
- Cargos ou funções em gabinetes de apoio aos membros do Governo ou equiparados;
- Cargos ou funções em gabinetes de apoio aos titulares dos demais órgãos de soberania;
- Cargos ou funções em gabinetes de apoio dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;
- Outros cargos ou funções cujo relevante interesse público seja reconhecido no respetivo instrumento de designação ou de vinculação.

Para o apuramento é utilizada a seguinte grelha:

² Os cargos dirigentes, conforme referimos no n.º 4, são um subfactor da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, pelo que são tratados autonomamente.



Sem cargos ou funções RIP	1 ponto
Cargos ou funções em Gabinetes de apoio aos membros do Governo, incluindo o apoio aos órgãos do governo das Regiões Autónomas e demais órgãos de soberania, bem como outros cargos cujo interesse público seja reconhecido no ato de designação	3 pontos
Titular de órgão de soberania ou de outros cargos políticos	5 pontos

- Cargos ou funções de relevante interesse social (RIS)

São considerados cargos ou funções de relevante interesse social (artigo 8.º):

- Cargos ou funções em organizações representativas dos trabalhadores que exercem funções públicas, designadamente a atividade de dirigente sindical;
- Cargos ou funções em associações públicas ou instituições particulares de solidariedade social;
- Outros cargos ou funções cujo relevante interesse social seja reconhecido no respetivo instrumento de designação ou vinculação.

Para o apuramento é utilizada a seguinte grelha:

Sem exercício de cargos ou funções	1 ponto
Exercício de funções a qualquer título	3 pontos
Exercício de cargos diretivos incluindo dirigente sindical	5 pontos

7. Resultado da avaliação final

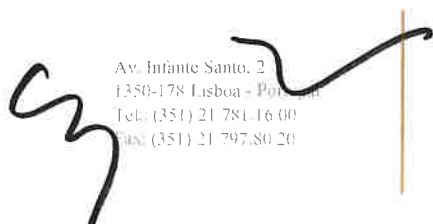
A avaliação de desempenho por ponderação curricular respeita a escala qualitativa e quantitativa prevista na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, pelo que o resultado global da Ponderação Curricular será expresso na escala de 1 a 5 a que correspondem as seguintes menções qualitativas e quantitativas:

Desempenho Relevante – de 4 a 5 pontos;

Desempenho Adequado – de 2 a 3,999 pontos;

Desempenho Inadequado – de 1 a 1,999 pontos.

7/19


Av. Infante Santo, 2
1350-178 Lisboa - Portugal
Tel. (351) 21 781 16 00
Fax (351) 21 797 80 20

www.sec-geral.mec.pt
e-mail: geral@sec-geral.mec.pt
e-mail: cte@sec-geral.mec.pt



Palácio das Laranjeiras
Estrada das Laranjeiras, 205
1649-018 Lisboa - Portugal
Tel. (351) 21 723 10 00



ANEXO IV

CRITÉRIOS A APLICAR NA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO POR PONDERAÇÃO CURRICULAR E RESPECTIVA VALORAÇÃO RELATIVAMENTE AOS ANOS DE 2021-2022

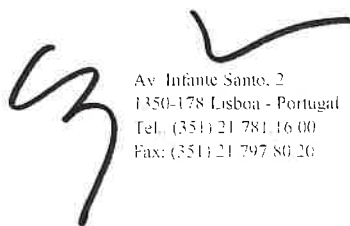
Carreira de Assistente Técnico e de Técnico de Informática

A Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro (SIADAP), prevê no artigo 42.º, na redação dada pelo artigo 49.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que, nos casos em que não seja possível realizar a avaliação do desempenho nos termos nela previstos, a mesma seja efetuada pelo Conselho Coordenador da Avaliação mediante proposta de avaliador especificamente designado pelo respetivo dirigente máximo.

Esta avaliação traduz-se em ponderação curricular, a qual respeita os termos previstos no artigo 43.º da mesma lei, com base em critérios fixados pelo Conselho Coordenador da Avaliação, prevendo-se, para esse efeito, no n.º 5 deste artigo, a possibilidade de o membro do Governo responsável pela área da Administração Pública estabelecer critérios uniformes para todos os serviços da Administração Pública.

Através do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 4 de fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 26, de 8 de fevereiro de 2010, foram estabelecidos os mencionados critérios uniformes, competindo ao Conselho Coordenador de Avaliação definir os critérios de qualificação e de valoração de cada um dos elementos de ponderação curricular.

O requerimento deve ser apresentado pelo trabalhador ao dirigente máximo do seu serviço de origem, acompanhado do respetivo currículo, bem como da documentação comprovativa do exercício de cargos, funções ou atividades, e de outra documentação que seja relevante para a correta avaliação em causa.


Av. Infante Santo, 2
1350-178 Lisboa - Portugal
Tel. (351) 21 781 16 00
Fax: (351) 21 797 80 20





1. Assim, relativamente ao biénio 2021-2022, na avaliação de desempenho dos trabalhadores por ponderação curricular nos termos do artigo 43.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, são considerados os seguintes fatores, a que correspondem os seguintes pesos (n.º 1 do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010):

- a) As habilitações académicas e profissionais (HAP) – 10%;
- b) A experiência profissional (EP) – 55%;
- c) A valoração curricular (VC) – 20%;
- d) O exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social ($0,5 \times \text{ECD} + 0,3 \times \text{RIP} + 0,2 \times \text{RIS}$) – 15%.

2. Quando deva ser atribuída a pontuação 1 ao conjunto dos fatores a que se refere a alínea d), as ponderações previstas no número anterior são alteradas nos seguintes termos (n.º 4 do artigo 9.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010):

- i) As habilitações académicas e profissionais (HAP) – mantém-se nos 10%;
- ii) A experiência profissional (EP) – sobe para 60%;
- iii) A valoração curricular (VC) – mantém-se nos 20%;
- iv) O exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social ($0,5 \times \text{ECD} + 0,3 \times \text{RIP} + 0,2 \times \text{RIS}$) – desce para 10%.

3. Cada um dos elementos da ponderação curricular é avaliado com uma pontuação de **1, 3 ou 5**, de acordo com os critérios definidos pelo CCA, não podendo, em qualquer caso ser atribuída pontuação inferior a 1 (n.º 2 do artigo 9.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010).

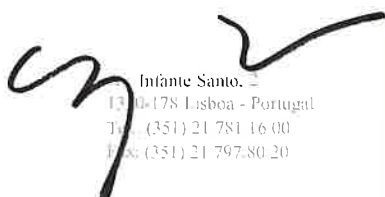
4. O fator referido na alínea d) (**$0,5 \times \text{ECD} + 0,3 \times \text{RIP} + 0,2 \times \text{RIS}$**), referente ao biénio em avaliação, está dividido em três subfactores cujos pesos são os seguintes:

ECD – Exercício de cargos dirigentes (50%);

RIP – Exercício de cargos ou funções de relevante interesse público (30%);

RIS – Exercício de funções de relevante interesse social (20%).

5. A ponderação curricular final (PC) é calculada, consoante a alínea d) dos fatores acima referidos tenha ou não no seu conjunto uma pontuação superior a 1 ou não, através das seguintes fórmulas:


Infante Santo, 2
1300-178 Lisboa - Portugal
Tel: (351) 21 781 16 00
Fax: (351) 21 797.80 20

www.sec-geral.mec.pt
e-mail: geral@sec-geral.mec.pt
e-mail: direcao@sec-geral.mec.pt

3/15



Palácio das Laranjeiras
Estrada das Laranjeiras, 205
1649-018 Lisboa - Portugal
Tel: (351) 21 723 10 00



- Se $0,5 \times \text{ECD} + 0,3 \times \text{RIP} + 0,2 \times \text{RIS} > 1$, então:

$$\text{PC} = 0,1 \times \text{HAP} + 0,55 \times \text{EP} + 0,2 \times \text{VC} + 0,15 \times (0,5 \times \text{ECD} + 0,3 \times \text{RIP} + 0,2 \times \text{RIS})$$

- Se $0,5 \times \text{ECD} + 0,3 \times \text{RIP} + 0,2 \times \text{RIS} = 1$, então:

$$\text{PC} = 0,1 \times \text{HAP} + 0,60 \times \text{EP} + 0,2 \times \text{VC} + 0,1 \times (0,5 \times \text{ECD} + 0,3 \times \text{RIP} + 0,2 \times \text{RIS})$$

6. Na valorização dos fatores que integram a fórmula observar-se-ão as seguintes regras:

i) Habilitações Académicas e Profissionais³ (HAP)

Entende-se por **habilitação académica** a habilitação que corresponde a grau académico ou equiparado e por **habilitação profissional** a habilitação que corresponda a curso legalmente equiparado (n.ºs 1 e 2 do artigo 4.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010).

Para o apuramento é utilizada a seguinte grelha:

Habilitação inferior à legalmente exigida à data da integração na carreira	1 ponto
Habilitação legalmente exigida para o ingresso na carreira	3 pontos
Habilitação superior à exigida	5 pontos

ii) Experiência Profissional (EP)

A experiência profissional pondera e valora o desempenho efetivo de funções ou atividades, incluindo as desenvolvidas no exercício dos cargos a que se refere a alínea d) do n.º 3 do Despacho Normativo n.º 4-A/2010⁴.

A experiência profissional é declarada pelo requerente, com descrição das funções exercidas e indicação da participação em atividades, ações ou projetos de relevante interesse para o serviço, devidamente confirmada pela entidade onde são ou foram exercidas as funções e atividades.

São consideradas atividades, ações e projetos de relevante interesse:

³ Neste fator são consideradas as habilitações legalmente exigíveis à data da integração do trabalhador na respetiva carreira (n.º 3 do artigo 4.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010).

⁴ Nas carreiras com grau de complexidade 2 – assistente técnico – o elemento ponderação curricular "exercício de cargos dirigentes" é substituído por exercício de funções de chefia de unidades e subunidades orgânicas ou exercício de funções de coordenação nos termos legalmente previstos.



- Participação em grupos de trabalho, projetos e afins;
- Membro efetivo de Júri de procedimento concursal para recrutamento de pessoal;
- Membro de Júri de outros concursos com exercício efetivo;
- Participação na organização de eventos, seminários, fóruns e exposições.

Para o apuramento é utilizada a seguinte grelha:

Com exercício de funções inerentes à categoria	1 ponto
Participação em 2 atividades, ações ou projetos de relevante interesse	3 pontos
Participação em mais de 2 atividades, ações ou projetos de relevante interesse	5 pontos

iii) Valorização Curricular (VC)

Neste fator é considerada a participação em ações de formação, estágios, congressos, seminários ou oficinas de trabalho realizadas **nos últimos 5 (cinco) anos**, nelas se incluindo as frequentadas no exercício de cargos ou funções dirigentes, avaliadas de acordo com a sua duração:

Para o apuramento é utilizada a seguinte grelha:

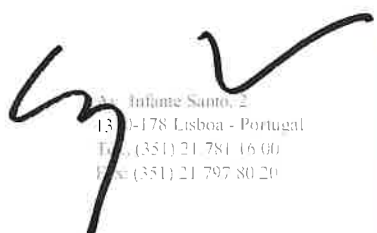
Com participação em ações de formação, estágios, congressos, seminários ou oficinas de trabalho com duração total inferior a 50	1 ponto
Com participação em ações de formação, estágios, congressos, seminários ou oficinas de trabalho com duração total entre 50 e 200 horas	3 pontos
Com participação em ações de formação, estágios, congressos, seminários ou oficinas de trabalho com duração superior a 200 horas	5 pontos

iv) Exercício de cargos ou funções de relevante interesse público ou relevante interesse social referente ao biénio em avaliação, conforme descritivo nos artigos 7.º e 8.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 4 de fevereiro:

- Exercício de cargos dirigentes (ECD)

(n.º 2 do artigo 3.º e alínea c) do artigo 7.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010):

Neste subfactor é ponderado o exercício de funções de chefia de unidades e subunidades orgânicas ou o exercício de funções de coordenação, nos termos legalmente previstos.


Avenida Infante Santo, 2
1300-178 Lisboa - Portugal
Tel. (351) 21 781 16 00
Fax (351) 21 797 80 20

www.sec-geral.mec.pt
e-mail: geral@sec-geral.mec.pt
e-mail: cifrepa@sec-geral.mec.pt



Palácio das Laranjeiras
Estrada das Laranjeiras, 205
1649-018 Lisboa - Portugal
Tel. (351) 21 723 10 00



Para o apuramento é utilizada a seguinte grelha:

Sem funções de chefia ou de coordenação de unidades ou subunidades orgânicas	1 ponto
Com funções de chefia e ou de coordenação de unidades ou subunidades orgânicas sem designação formal mas devidamente comprovadas	3 pontos
Com funções de chefia e ou de coordenação de unidades ou subunidades orgânicas com designação formal	5 pontos

- Cargos ou funções de relevante interesse público (RIP)

São considerados cargos ou funções de relevante interesse público (artigo 7.º):

- Titular de órgão de soberania;
- Titular de outros cargos políticos;
- Funções de chefia de unidades ou subunidades orgânicas ou exercício de funções de coordenação nos termos legalmente previstos (n.º 2 do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010⁵;
- Cargos ou funções em gabinetes de apoio aos membros do Governo ou equiparados;
- Cargos ou funções em gabinetes de apoio aos titulares dos demais órgãos de soberania;
- Cargos ou funções em gabinetes de apoio dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.
- Outros cargos ou funções cujo relevante interesse público seja reconhecido no respetivo instrumento de designação ou de vinculação.

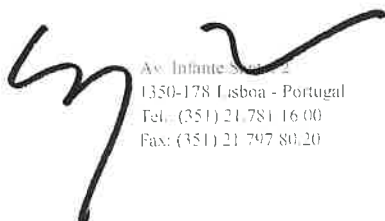
Para o apuramento é utilizada a seguinte grelha:

Sem cargos ou funções RIP	1 ponto
Cargos ou funções em Gabinetes de apoio aos membros do Governo, incluindo o apoio aos órgãos do Governo das Regiões Autónomas e demais órgãos de soberania, bem como outros cargos cujo interesse público seja reconhecido no ato de designação	3 pontos
Titular de órgão de soberania ou de outros cargos políticos	5 pontos

- Cargos ou funções de relevante interesse social (RIS)

(artigo 8.º)

⁵ Os cargos de chefia e de coordenação, conforme referimos no n.º 4, são um subfactor da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, pelo que são tratados autonomamente.



Av. Infante Santo, 2
1350-178 Lisboa - Portugal
Tel.: (351) 21 781 16 00
Fax: (351) 21 797 80 20



- a) Cargos ou funções em organizações representativas dos trabalhadores que exercem funções públicas, designadamente a atividade de dirigente sindical;
- b) Cargos ou funções em associações públicas ou instituições particulares de solidariedade social;
- c) Outros cargos ou funções cujo relevante interesse social seja reconhecido no respetivo instrumento de designação ou vinculação.

Para o apuramento é utilizada a seguinte grelha:

Sem exercício de cargos ou funções	1 ponto
Exercício de funções a qualquer título	3 pontos
Exercício de cargos diretivos ou dirigente sindical	5 pontos

7. Resultado da avaliação final

A avaliação de desempenho por ponderação curricular respeita a escala qualitativa e quantitativa prevista na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, pelo que o resultado global da Ponderação Curricular será expresso na escala de 1 a 5 a que correspondem as seguintes menções qualitativas e quantitativas:

Desempenho Relevante – de 4 a 5 pontos;

Desempenho Adequado – de 2 a 3,999 pontos;

Desempenho Inadequado – de 1 a 1, 999 pontos.



ANEXO V

CRITÉRIOS A APLICAR NA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO POR PONDERAÇÃO CURRICULAR E RESPETIVA VALORAÇÃO RELATIVAMENTE AOS ANOS DE 2021-2022

Carreira de Assistente Operacional

A Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro (SIADAP), prevê no artigo 42.º, na redação dada pelo artigo 49.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que, nos casos em que não seja possível realizar a avaliação do desempenho nos termos nela previstos, a mesma seja efetuada pelo Conselho Coordenador da Avaliação mediante proposta de avaliador especificamente designado pelo respetivo dirigente máximo.

Esta avaliação traduz-se em ponderação curricular, a qual respeita os termos previstos no artigo 43.º da mesma lei, com base em critérios fixados pelo Conselho Coordenador da Avaliação, prevendo-se, para esse efeito, no n.º 5 deste artigo, a possibilidade de o membro do Governo responsável pela área da Administração Pública estabelecer critérios uniformes para todos os serviços da Administração Pública.

Através do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 4 de fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 26, de 8 de fevereiro, foram estabelecidos os mencionados critérios uniformes, competindo ao Conselho Coordenador de Avaliação definir os critérios de qualificação e de valoração de cada um dos elementos de ponderação curricular.

O requerimento deve ser apresentado pelo trabalhador ao dirigente máximo do seu serviço de origem, acompanhado do respetivo currículo, bem como da documentação comprovativa do exercício de cargos, funções ou atividades, e de outra documentação que seja relevante para a correta avaliação em causa.

13/19



1. Assim, relativamente ao biénio 2021-2022, na avaliação de desempenho dos trabalhadores por ponderação curricular nos termos do artigo 43.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, são considerados os seguintes fatores, a que correspondem os seguintes pesos (n.º 1 do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010):

- a) As habilitações académicas e profissionais (HAP) – 10%;
- b) A experiência profissional (EP) – 55%;
- c) A valoração curricular (VC) – 20%;
- d) O exercício de cargos de chefia ou coordenação ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social ($0,5 \times \text{ECCC} + 0,3 \times \text{RIP} + 0,2 \times \text{RIS}$) – 15%.

2. Quando deva ser atribuída a pontuação 1 ao conjunto dos fatores a que se refere a alínea d), as ponderações previstas no número anterior são alteradas nos seguintes termos (n.º 4 do artigo 9.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010):

- i) As habilitações académicas e profissionais (HAP) – mantém-se nos 10%;
- ii) A experiência profissional (EP) – sobe para 60%;
- iii) A valoração curricular (VC) – mantém-se nos 20%;
- iv) O exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social ($0,5 \times \text{ECCC} + 0,3 \times \text{RIP} + 0,2 \times \text{RIS}$) – desce para 10%.

3. Cada um dos elementos da ponderação curricular é avaliado com uma pontuação de **1, 3 ou 5**, de acordo com os critérios definidos pelo CCA, não podendo, em qualquer caso ser atribuída pontuação inferior a 1 (n.º 2 do artigo 9.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010).

4. O fator referido na alínea d) ($0,5 \times \text{ECCC} + 0,3 \times \text{RIP} + 0,2 \times \text{RIS}$), referente ao biénio em avaliação, está dividido em três subfactores cujos pesos são os seguintes:

ECD – Exercício de cargos de chefia ou coordenação (50%);

RIP – Exercício de cargos ou funções de relevante interesse público (30%);

RIS – Exercício de funções de relevante interesse social (20%).

5. A ponderação curricular final (PC) é calculada, consoante a alínea d) dos fatores acima referidos tenha ou não no seu conjunto uma pontuação superior a 1, através das seguintes fórmulas:



- Se $0,5x\text{ECCC}+0,3x\text{RIP}+0,2x\text{RIS} > 1$, então:

$$\text{PC} = 0,1x\text{HAP} + 0,55x\text{EP} + 0,2x\text{VC} + 0,15x (0,5x\text{ECCC}+0,3x\text{RIP}+0,2x\text{RIS})$$

- Se $0,5x\text{ECCC}+0,3x\text{RIP}+0,2x\text{RIS} = 1$, então:

$$\text{PC} = 0,1x\text{HAP} + 0,60x\text{EP} + 0,2x\text{VC} + 0,1x (0,5x\text{ECCC}+0,3x\text{RIP}+0,2x\text{RIS})$$

6. Na valorização dos fatores que integram a fórmula observar-se-ão as seguintes regras:

i) Habilitações Académicas e Profissionais⁶ (HAP)

Entende-se por **habilitação académica** a habilitação que corresponde a grau académico ou equiparado e por **habilitação profissional** a habilitação que corresponda a curso legalmente equiparado (n.ºs 1 e 2 do artigo 4.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010).

Para o apuramento é utilizada a seguinte grelha:

Habilitação académica ou profissional inferior à legalmente exigida à data da integração na carreira	1 ponto
Habilitação académica ou profissional legalmente exigida à data da integração na carreira	3 pontos
Habilitação académica ou profissional superior à exigida à data da integração na carreira	5 pontos

ii) Experiência Profissional (EP)

A experiência profissional pondera e valora o desempenho efetivo de funções ou atividades, incluindo as desenvolvidas no exercício dos cargos a que se refere a alínea d) do n.º 3 do Despacho Normativo n.º 4-A/2010⁷.

A experiência profissional é declarada pelo requerente, com descrição das funções exercidas e indicação da participação em atividades e ações de relevante interesse para o serviço, devidamente confirmada pela entidade onde são ou foram exercidas as funções e atividades.

⁶ Neste fator são consideradas as habilitações legalmente exigíveis à data da integração do trabalhador na respetiva carreira (n.º 3 do artigo 4.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010). No caso concreto, a habilitação legalmente exigida é a escolaridade obrigatória (4.ª classe ou 9.º ano, conforme a idade), sendo ainda exigida carteira profissional para algumas carreiras (ex. motorista).

⁷ Nas carreiras com grau de complexidade 1 – Assistente Operacional – o elemento ponderação curricular "exercício de cargos dirigentes" é substituído por exercício de funções de chefia de unidades e subunidades orgânicas ou exercício de funções de coordenação nos termos legalmente previstos.



São consideradas atividades e ações de relevante interesse:

- Membro efetivo de Júri de procedimento concursal para recrutamento de pessoal;
- Apoio à organização de eventos, fóruns e exposições;
- Apoio à organização de seminários e reuniões.

Para o apuramento é utilizada a seguinte grelha:

Com exercício de funções inerentes à categoria	1 ponto
Participação em 2 atividades, ações ou projetos de relevante interesse	3 pontos
Participação em mais de 2 atividades ou ações de relevante interesse	5 pontos

iii) Valorização Curricular (VC)

Neste fator é considerada a participação em ações de formação, estágios, congressos, seminários ou oficinas de trabalho realizadas **nos últimos 5 (cinco) anos**, nelas se incluindo as frequentadas no exercício de funções de chefia e de coordenação, avaliadas de acordo com a sua duração:

Para o apuramento é utilizada a seguinte grelha:

Com participação em ações de formação, estágios, congressos, seminários ou oficinas de trabalho com duração total inferior a 50	1 ponto
Com participação em ações de formação, estágios, congressos, seminários ou oficinas de trabalho com duração total entre 50 e 200 horas	3 pontos
Com participação em ações de formação, estágios, congressos, seminários ou oficinas de trabalho com duração superior a 200 horas	5 pontos

iv) Exercício de cargos de chefia ou coordenação ou de outros cargos ou funções de relevante interesse público ou relevante interesse social (0,5xECCC+0,3xRIP+0,2xRIS) referente ao biénio em avaliação, conforme descritivo nos artigos 7.º e 8.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010:

- Exercício de Cargos de Chefia e Coordenação (ECCC)

(n.º 2 do artigo 3.º e alínea c) do artigo 7.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010):

Neste subfactor é ponderado o exercício de funções de chefia ou de coordenação do pessoal da carreira de assistente operacional sob a sua supervisão ou afetos ao seu setor de atividade, por cujos resultados é responsável.



Para o apuramento é utilizada a seguinte grelha:

Sem funções de chefia ou de coordenação	1 ponto
Com funções de chefia e ou de coordenação sem designação formal mas devidamente comprovadas	3 pontos
Com funções de chefia e ou de coordenação com designação formal	5 pontos

- Cargos ou funções de relevante interesse público (RIP)

São considerados funções de relevante interesse público (artigo 7.º):

- a) Titular de órgão de soberania nacional ou regional;
- b) Titular de órgãos autárquicos;
- c) Funções de chefia ou de Coordenação do pessoal da carreira de assistente operacional sob a sua supervisão ou afetos ao seu setor de atividade, por cujos resultados é responsável (n.º 2 do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010)⁸;
- d) Funções em gabinetes de apoio aos membros do Governo ou equiparados (ex.º órgãos autárquicos);
- e) Funções em gabinetes de apoio aos titulares dos demais órgãos de soberania;
- f) Funções em gabinetes de apoio dos órgãos de Governo próprio das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;
- g) Outros cargos ou funções cujo relevante interesse público seja reconhecido no respetivo instrumento de designação ou de vinculação.

Para o apuramento é utilizada a seguinte grelha:

Sem cargos ou funções RIP	1 ponto
Cargos ou funções em Gabinetes de apoio aos membros do Governo, incluindo o apoio aos órgãos do Governo das Regiões Autónomas e demais órgãos de soberania	3 pontos
Titular de órgão de soberania ou de outros cargos políticos, a nível nacional ou regional	5 pontos

⁸ Os cargos de chefia e de coordenação, conforme referimos no n.º 4, são um subfactor da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, pelo que são tratados autonomamente.



- Cargos ou funções de relevante interesse social (RIS)

(artigo 8.º):

- a) Cargos ou funções em organizações representativas dos trabalhadores que exercem funções públicas, designadamente a atividade sindical;
- b) Cargos ou funções em associações públicas ou instituições particulares de solidariedade social;
- c) Outros cargos ou funções cujo relevante interesse social seja reconhecido no respetivo instrumento de designação ou vinculação.

Para o apuramento é utilizada a seguinte grelha:

Sem exercício de cargos ou funções	1 ponto
Exercício de funções a qualquer título, incluindo as de sindicalista	3 pontos
Exercício de cargos diretivos ou dirigente sindical	5 pontos

7. Resultado da avaliação final

A avaliação de desempenho por ponderação curricular respeita a escala qualitativa e quantitativa prevista na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, pelo que o resultado global da Ponderação Curricular será expresso na escala de 1 a 5 a que correspondem as seguintes menções qualitativas e quantitativas:

Desempenho Relevante – de 4 a 5 pontos;

Desempenho Adequado – de 2 a 3,999 pontos;

Desempenho Inadequado – de 1 a 1,999 pontos.

19/19

